



## **A Fome “Ocultas” do Capital: A Precarização do Trabalho e do Alimento Mercadoria Face à Necropolítica<sup>1</sup>**

SEIXAS, Brenda<sup>2</sup>

XAVIER, Jair<sup>3</sup>

Universidade Federal de Sergipe – São Cristóvão, SE.

### **Resumo**

Este artigo tem como principal propósito refletir sobre as relações sociais da contemporaneidade capitalista a partir de alguns elementos fundamentais para sua compreensão, os quais serão tratados aqui com centralidade: o Estado, o Trabalho e o Alimento. Esses conceitos serão trabalhados tendo como base a percepção de que o indivíduo, enquanto engrenagem capitalística, detém deveres e direitos subjugados pelo Estado e pela totalidade produtiva das relações do capital que visam sua sobrevivência imediata, na qual o alimento mercadoria faz-se primordial para esse fim. Nesse sentido, esse artigo busca comparar dados empíricos primários, como notícias e documentos, com dados secundários de artigos acadêmicos. Assim, ao discorrermos sobre os imbricamentos da crise da fome, o panorama da insegurança alimentar e as condições de precarização do trabalho, afirmamos nosso argumento de que a pandêmica fome é sistemática e age como um imperativo necropolítico no extermínio dos corpos marginalizados pela dinâmica do trabalho na sociedade.

**Palavras Chave:** Trabalho; Alimento mercadoria; Necropolítica;

### **Introdução**

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma parceria entre os presentes autores, sendo resultado da comunhão dos interesses de pesquisa, ressaltando que o conjunto das argumentações em torno do fenômeno aqui estudado devem ser tomadas enquanto um ensaio crítico. Assim, visamos explorar algumas reflexões teóricas em paralelo a uma pesquisa exploratória que não se propôs exaurir o conjunto das abordagens empíricas possíveis, mas sim construir um banco de dados iniciais com materiais jornalísticos, principalmente, dos sítios Brasil de Fato<sup>4</sup> e O joio e o trigo<sup>5</sup>,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado GT 05 – Precarização: transformações e crises nas relações sociais do trabalho do III Seminário Nacional de Sociologia da Universidade Federal de Sergipe, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020..

<sup>2</sup> Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Sergipe, integrante do grupelho de estudos *Crítica - Crise e Crítica* (UFS), email: [b.seixas@academico.ufs.br](mailto:b.seixas@academico.ufs.br)

<sup>3</sup> Bacharel em Ciências Sociais, Mestre e Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. Integrante do grupo *LABOR* Grupo de Estudos e Pesquisas em Sociologia, Educação e Trabalho (GEPSET/UFS), email: [riaj@academico.ufs.br](mailto:riaj@academico.ufs.br)

<sup>4</sup> <https://www.brasildefato.com.br/>

<sup>5</sup> <https://ojoioetrigo.com.br/>



além de alguns relatório de instituições. Considerando que uma das categorias analíticas centrais das pesquisas desenvolvidas está centralizada no trabalho capitalista, esse artigo propõe, portanto, uma compreensão crítica do trabalho, enquanto categoria histórica, e do alimento, enquanto mercadoria, enquanto faces de um mesmo fenômeno dialético, propondo assim, um diálogo entre áreas como a sociologia do trabalho, a sociologia da alimentação e a teoria crítica da sociedade.

Inicialmente, é fundamental refletir quanto a questão: como que o trabalho pode ser compreendido enquanto o elemento chave que orienta a dinâmica do alimento mercadoria e a sua esfera de produção e, conseqüentemente, como tal dinâmica reflete um tipo de aplicabilidade do poder necropolítico no Brasil? Nosso argumento, então, é de que na configuração capitalista neoliberal, o molde precarizado ou, segundo Laval e Dardot (2016), a governamentalidade empresarial é tida como uma das bases constitutivas do vigente regime de acumulação do mais-valor, perpassa as mais variadas esferas do mundo da vida. Desse modo, nossa proposta busca tecer os imbricamentos da esfera laboral e alimentícia a partir de relação dialética de compreensão do que entendemos enquanto “necropolítica” da fome, o genocídio alimentar. Outrossim, ao localizarmos à discussão do sistema alimentar brasileiros, inserimos a noção de necropolítica (Mbembe, 2019), já que a tomamos enquanto forma de governabilidade típica de sociedades periféricas, como a brasileira.

Para realizarmos esse caminho argumentativo, o primeiro tópico irá trazer contribuições iniciais acerca da tríade analítica “trabalho - alimento mercadoria - necropolítica”, ao colocar fatores sócio-históricos da forma social do Brasil em relação à constituição de um sistema alimentar. Posteriormente, transcorreremos sobre o alimento enquanto categoria calcada no fetiche do capital e suas contradições no cotidiano social da população consumidora, para, por fim, colocarmos em questão a tríade do sistema alimentar neoliberal e, paralelamente, quem são os sujeitos do trabalho de inseridos em tal dinâmica?



## **Necropolítica da Fome**

A partir da categoria trabalho, enquanto específico da dinâmica capitalista, e, da compreensão do sistema produtivo alimentar no capitalismo neoliberal como fato transmutador do alimento para uma roupagem mercantil-fetichizada, definindo, assim, “o que e como as pessoas comem” (Canesqui; Garcia, 2005 apud. Machado; Oliveira e Mendes, 2016), compreendemos a Insegurança Alimentar e Nutricional enquanto um instrumento de perpetuação da valorização do valor na esfera alimentícia. Isto é, ao pensarmos que toda cadeia de produção, distribuição e consumo do alimento mercadoria se funda, sistematicamente, no processo de precarização do sujeito trabalhador desse mesmo sistema, seja no campo ou no meio urbano, esse então irá estruturar as faces produção de morte social e biológica (Miranda, 2019), tidas enquanto estruturas da necropolítica, por meio da precarização do sistema de abastecimento alimentar. O que queremos pontuar, em resumo, é que a lógica capitalista da produção da insegurança alimentar como elemento constitutivo do sistema alimentar brasileiro dá origem ao que Laila O. Afrika cunhou de *nutricídio*<sup>6</sup>: o genocídio nutricional, ou, como chamaremos aqui também, a necropolítica da fome.

A conjuntura brasileira está situada na periferia do capital, estando, logo, submetida às relações econômicas dependentes. Como fazem muitos autores do pensamento social brasileiro, Leda Maria Paulani afirma que a inserção do Brasil, enquanto Estado, na economia global se deu a partir do papel de fornecedor de metais preciosos e matérias primas para as sociedades europeias, fato esse que permitiu a maturação inicial do capitalismo por meio da acumulação primitiva de capital. Ou seja, o Brasil já se insere na dinâmica enquanto perdedor (Paulani, 2018; Menegat, 2019), fazenda e colônia para o desenvolvimento das potências ocidentais, significando, historicamente, para o Brasil, o fim institucional do sistema escravagista. É, no que concerne a isso, que nos confrontamos diretamente com o debate proposto pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2019) através do conceito de necropolítica<sup>7</sup>.

Mbembe, ao propor o conceito de necropoder e sua forma de governabilidade, a necropolítica, busca uma atualização analítica do conceito foucaultiano de biopoder, partindo do pressuposto que a biopolítica não elucidou completamente o problema do

---

<sup>6</sup> COLETIVO VEGANO POPULAR. **Nutricídio, o genocídio alimentar.**

<sup>7</sup> MBEMBE, Achille. **Necropolítica.**



racismo, centralizando, com isso, a periferia mundial como horizonte de análise, a partir da percepção de que há uma formação específica de gestão social que emerge com a falência da sociedade industrial, culminando em um modelo político de determinação da morte como orientações do fazer, viver e pensar sociais sobre determinadas populações. A necropolítica pode ser, então, definida como “a capacidade de definir quem importa e quem não importa; quem é descartável e quem não é” (Mbembe, 2019). Ou ainda, como uma “política centrada na produção de morte, em larga escala, na periferia mundial, característica, assim, de um mundo em crise sistêmica (Hilário, 2016); e, uma “forma de dominação pela política de produção de morte de grupos específicos, eleitos à condição de matáveis” (Miranda, 2020).

Tal forma de instrumentalização do caráter humano à coisa e a destruição material de desses sujeitos pode ser dividida em quatro fases do que Miranda (2019) chama de produção de morte: as mortes simbólica, subjetiva, social e, sua forma mais evidente, a biológica. Assim, os princípios mbembianos de análise do mundo social, os quais respondem a falta de uma crítica concisa à configuração organizacional, tecnológica e produtiva da “lógica colonial” e do “seu racismo constituinte” (Safatle, 2020), nos ajudam a embasar o argumento de que o Brasil, nas suas bases “civilizatórias” ocidentais, é um necro-estado em sua origem, isto é, nossa forma social tida como Histórica surgiu com o extermínio ambiental, cultural, biológico, linguístico, alimentar das populações originárias e pela coisificação produtiva da população negra escravizada. É, como coloca Sylvio Romero<sup>8</sup>,

Num e noutro sistema **o índio era considerado uma fera, que devia ser caçada; o negro uma máquina, que se devia estupidificar para produzir**; o peão português, o colono, um ente de sangue bastardo, distante do sangue azul, escravo dos fidalgos e de EIRei, Nosso Senhor!... Nestas condições, as populações que se iam formando no país traziam a marca da origem: – a submissão. (ROMERO, 1902 , p. 38, grifos nossos)

Assim, o Brasil “necrocentrado” na sua forma de organização social caçou os indígenas - tirando-lhes o domínio sobre a terra e suas técnicas de cultivo, a memória nacional da culinária típica e desvaloriza seus ingredientes históricos -, “estupidificou” a população negra ao usar a violência para transformar humanos em coisas maquinarias, destituídos de humanidade. Nossa história é vermelha, não pelo

---

<sup>8</sup> ROMERO, Sylvio. **História da Literatura Brasileira**. v. 1. 2. e. Rio de Janeiro: Tomo Primeiro, 1902. p.38.



fantasma comunista - como muitos dizem -, mas por se calcar na mais violenta forma de crueldade: a produção de mortes simbólicas, subjetivas, sociais e biológicas de indígenas e negros.

Mas o que essa dinâmica histórica tem a ver com o problema da insegurança alimentar e o alimento mercadoria? Entendemos aqui que a fome, enquanto fenômeno, antecede os paradigmas sociais capitalistas, porém do mesmo modo que é possível compreender o trabalho enquanto um elemento sócio-histórico a partir do conjunto das relações de produção na sociedade moderna, conseguimos também, perceber o alimento e, no caso, a estratégica escassez do mesmo - a fome - como parte do mesmo processo necropolítico de constituição da sociedade brasileira.

Nesse mesmo sentido, podemos retomar Josué de Castro na obra Geografia da Fome, na qual o mesmo já apontava a questão da fome como um problema estruturado no histórico das relações de produção no Brasil. Castro aponta que, apesar dos inúmeros avanços na política e economia brasileira, é de fundamental importância evidenciar os aspectos históricos internos do período colonizador mercantil, apontando principalmente o que ele vai chamar de “ciclos sucessivos de economia destrutiva” da economia nacional, seja pela extração do pau-brasil, pela produção da cana-de-açúcar, o extermínio indígena, a mineração, as lavouras, a produção de café, extração da borracha e principalmente o que ele aponta enquanto uma “industrialização artificial”, formada principalmente por um regime inflacionário e exportador.

O que Castro aponta é, justamente, a base de todo sistema produtivo estruturado que consiste numa perpetuação do processo colonizador europeu, visando a economia nacional quase que completamente ao capital estrangeiro, de uma agricultura extensiva exportadora, em detrimento da real fonte de subsistência alimentar da população. O solo nacional passa a ser regime de abundância para o mercado externo ao passo que se torna um regime de fome para a própria população, lógica essa que claramente interessa a uma classe minoritária, que detêm basicamente todo capital e poder sobre as propriedades rurais e domina o mercado de alimentos. Esses são grupos oligárquicos que, a partir de um controle quase que absoluto do bem de consumo fundamental de toda população, assumem o papel de “donos do poder”, mantendo suas posições privilegiadas na sociedade e



evidentemente suas riquezas, visto que, como colocam Zocchio e Pomar<sup>9</sup>, “A indústria tudo vê, tudo sabe e tudo quer”.

Sob o influxo desta política antinacional cultivaram-se com métodos vampirescos de destruição dos solos os produtos de exportação, monopolizados por meia dúzia de açambarcadores da riqueza do país, construíram-se estradas de ferro exclusivamente para ligar os centros de produção com os portos de embarque destes produtos e instituiu-se uma política cambial a serviço destas manipulações econômicas. Por trás desta estrutura com aparência de progresso — progresso de fachada — permaneceram o latifúndio improdutivo, o sistema da grande plantação escravocrata, o atraso, a ignorância, o pauperismo, a fome. (CASTRO, 1984, p. 270)

É fundamental salientar que toda estrutura até aqui refletida gira em torno de um ponto comum fundamental, a mercadoria, ou melhor o alimento mercadoria. É importante entendermos que ao falarmos do alimento mercadoria não estamos apenas atrelando a dinâmica de produção materialista de bens de consumo. O foco não é na produção em si, mas sim as relações que dela se reproduzem e culminam no conjunto que se sustenta, na contemporaneidade capitalista, a partir de um sistema hiperespecializado de produção, uma vez que toda totalidade social capitalista gira em torno do fetiche da mercadoria, ou seja, todo conjunto das relações sociais centram-se na medida do valor, a forma-dinheiro.

Dentro dessa lógica, levando a consideração da questão do trabalhador é historicamente moldado a viver em função da exploração do próprio trabalho na totalidade capitalística, compreendemos que tal condição perpassa, dessa forma, a exploração dessa força de trabalho para assim, ter acesso aos bens de consumo que lhes dão as condições mínimas de subsistência, inclusive o alimento. Desse modo, se exprime a face dialética na qual, quanto mais o trabalhador está imerso a essa lógica alienadora e inatural da produção do valor, mas ele está sujeito a condição de miserável e morto de fome, já que ter acesso ao alimento digno, é ter acesso a condição material imediata de vida. Como aponta Marx, nos Manuscritos econômicos filosóficos:

[...] mesmo que numa situação de sociedade que é mais favorável ao trabalhador, a consequência necessária para ele é, portanto, sobretrabalho e morte prematura, descer à [condição de] máquina, de servo do capital que se acumula

---

<sup>9</sup> ZOCCHIO, Guilherme; POMAR, Marcos Hermanson. **O olho que tudo vê: como a indústria barrou uma lei municipal de restrição a ultraprocessados.**



perigosamente diante dele, nova concorrência, morte por fome ou mendicância de uma parte dos trabalhadores (MARX, 2010, p. 27).

Nesse sentido apontamos para uma outra questão norteadora de nossas reflexões presentes: quem é o sujeito miserável e como a ele se insere no sistema de abastecimento alimentar?

### **Contradições do Alimento Mercadoria**

Adentrando a compreensão da estrutura de produção de alimentos na sociedade capitalista, o que é necessário apontar não é apenas o processo técnico de produção desse alimento, mas sim as relações sócio-históricas que delas se sustentam. Por exemplo, toda essa estrutura está fundamentada no processo de extração e manuseio da matéria prima, processamento e transformação até chegar na distribuição e na comercialização dos produtos. Assim, ao atentarmos que todo sistema está direto ou indiretamente associado a uma dinâmica econômica transnacional oligopolizada pelas empresas da agroindústria alimentícia mundial, podemos compreender tal dinâmica como estrutura de produção alimentar capitalista transnacional, lastreada sobre a égide de um corporativismo neoliberal e necropolítico, em detrimento da exploração econômica dependente da periferia global, ou seja, pela dominação e exploração.

Diante disso, todo sistema de abastecimento alimentar que mencionamos “é desenvolvido e subordinado às relações sociais da produção capitalista” (KRAUSER, 2019, p. 60), sendo determinada pelo padrão de acumulação de cada período histórico. Quanto ao alimento mercadoria, faz-se fundamental ressaltarmos que, quanto maior for o processo de industrialização do alimento, mais lucro ele irá gerar, já que todo processo de produção do alimento mercadoria tem a terra como fonte de recursos e/ou próprio espaço de produção, terra essa que consiste em “um recurso natural, escasso, monopolizável e consequentemente desigual” (Ibid, p. 17).

Nesse sentido, toda a estratégia de mercado tida como desenvolvimentista no processo de industrialização desse alimento, seja por meio dos agrotóxicos, transgênicos ou ultra processamento reflete, na verdade, os interesses objetivos de gerar lucro por parte de toda a agroindústria fortalecendo o projeto neoliberal de "desenvolvimento". Então, fica evidente que a necessidade de industrialização e ultraprocessamento dos alimentos opera como o único meio possível de tornar o





alimento-mercadoria um trabalho inatural. O regime alimento neoliberal prioriza os ultraprocessados. Em resumo, quanto mais processado for alimento-mercadoria for, menor seu tempo de produção e menos nutrientes conterá, conseqüentemente, mais lucro ele irá gerar e mais pessoas em situação de insegurança alimentar entrarão para os dados.

O nutrício surge a partir do contexto capitalista hegemônico de produção e distribuição dos alimentos, àquele baseado no uso de agrotóxicos, transgênicos, ultra processados, no incentivo do consumo dos mesmos em detrimento dos alimentos in natura e na manutenção de localidades como os desertos alimentares. (COLETIVO VEGANO POPULAR, 2020).

Com base nesse cenário é que compreendemos a Fome enquanto um instrumento de dominação política, já que é justamente essa condição que irá permitir o efeito psicossocial da maximização da exploração, visto que a própria condição de pobreza e fome, ou até mesmo o medo dela e de não conseguir se manter materialmente, torna esse trabalhador precarizado subserviente a todo processo, tornando-se vulneráveis a aceitação das condições desumanas de trabalho, como má alimentação, carga horária indefinida, falta de garantias e estabilidades, etc. O quadro abaixo evidencia alguns dos principais indicadores de precarização do trabalho no sistema alimentar brasileiro e, conseqüentemente, a imbricação entre a esfera laboral e a esfera alimentar na perspectiva sujeito-sociedade.

<b>ESFERA LABORAL</b>	<b>ESFERA ALIMENTAR</b>
<b>Aumento do desemprego</b>	<b>Regime alimentar de baixo custo</b>
<b>Diminuição dos salários</b>	<b>Regime alimentar de baixo valor nutricional</b>
<b>Destituição dos direitos trabalhistas</b>	<b>Aumento gradativo das condições de insegurança alimentar</b>
<b>Aumento das condições de exploração no trabalho</b>	<b>Aumento no número de pessoas em situação de miséria e fome</b>

**Quadro** - Principais indicadores da precarização do trabalho no sistema alimentar brasileiro neoliberal (Fonte: dos próprios autores, 2020).

Ziegler, em *Destruição em massa: geopolítica da fome* (2013), aponta que a compreensão da fome pode ser circunscrita a partir de um entendimento crítico global da estrutura neoliberal de produção dos alimentos, na qual a agroindústria detém um monopólio completamente centralizado de influência transcontinental, de quase





totalidade frente aos Estados ocidentais, sendo significativa nos processos de decisões econômicas. A Revolução Verde ainda perdura, nesse sentido, enquanto uma estratégia econômica e política de reorganização das bases desse sistema produtivo, estabelecendo mundialmente uma lógica que segue o princípio da fome como instrumento político como seu principal argumento.

De acordo com isso, se sustenta um paradigma econômico no qual, a partir de uma percepção enviesada da produtividade alimentar, percebe-se em determinados pontos estratégicos - e aqui evidentemente os países periféricos do sistema capitalista -, a noção de que suas produções agrícolas são insuficientes: os bens produzidos não atendem as necessidades de consumo interno e, portanto, são necessárias inovações e aumentos na produtividade e na inserção de tecnologias e insumos agrícolas, ou melhor, agrotóxicos, para assim elevar o padrão de operacionalização, industrialização e rendimento aos seus limites máximos, em detrimento do trabalho e de toda produção da agricultura familiar. Além de todo processo de *comoditização* do mesmo alimento nos mercados internacionais, mantendo a ilusória crença de que o mercado enquanto entidade livre no processo de determinação do valor da mercadoria e de suas formas de produção e transação, é capaz de converter a produtividade industrial e agropecuarista na produção do alimento, em resultados positivos no problema endêmico da fome mundial.

Complementamos tal argumentação com a percepção do filósofo carioca Marildo Menegat (2019), o qual aponta que a contemporaneidade está, hoje, sujeita às condições de buscar maquiar uma crise colapsada dos modos de produção material capitalista, que já chegaram aos seus limites históricos, mas que ainda tenta levar suas formas de reprodução nos moldes anteriores de sua época de ouro. Desse modo, preservando as taxas de lucros das grandes corporações, mantendo assim, mesmo que ilusoriamente, a "estabilidade social e política" através do processo de financeirização da vida social.

Tal processo tem suas condições de entrada no Brasil dos anos 80, perdurando os moldes neoliberais internacionais de relações econômicas, passando, assim, a produzir bens de baixo valor agregado para os países desenvolvidos. Ou seja, materializa-se no cenário nacional um processo de reprimarização (PAULANI, 2018) da economia que já é, sócio historicamente, dependente. Desse modo, o agronegócio, o grande latifúndio exportador, que sempre teve centralidade na configuração das



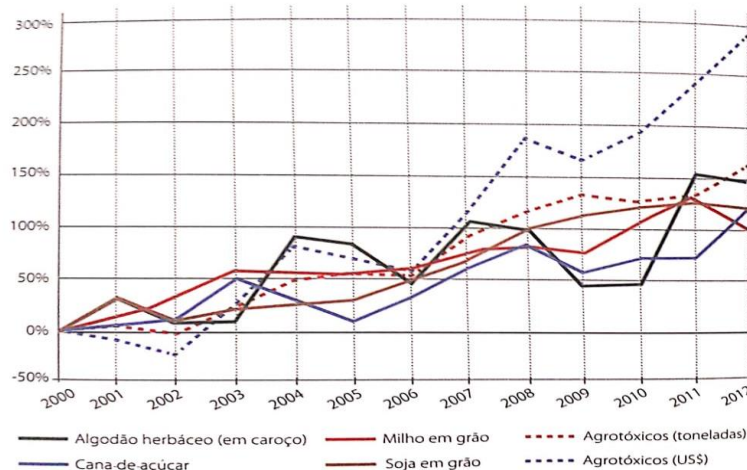
formas sociais na história do Brasil, é ainda mais valorizado e reforçado a partir de um conjunto de políticas de austeridade neoliberal.

Para uma compreensão mais específica desses dilemas tão conflituosos aqui discutidos, apontamos, nesse momento, uma breve, mas precisa observação quanto ao caso brasileiro. Para tal é necessário partir de algumas questões norteadoras: o alimento é de fato uma das mercadorias centrais das relações de poder? e por fim, o Brasil é de fato um necroestado, ainda hoje? Incitando tal exploração, buscamos observar o contexto brasileiro a partir de um recorte específico e internamente significativo através de dois momentos: o primeiro, uma conjuntura de incentivo à políticas sociais voltadas ao combate à fome, políticas de acesso a renda e de fomento econômico, e, outro, um contexto de reprimarização da economia, políticas de austeridade, e a degradação de políticas públicas que garantiam a segurança alimentar. O marco histórico escolhido aqui para essa pequena abordagem consiste em analisar alguns recortes que datam desde o final do governo Lula (2011) até a contemporaneidade do governo Bolsonaro (2020).

Alguns dos dados que podem contribuir para a compreensão do contexto brasileiro aqui referido estão presentes nos gráficos abaixo que apontam a variação no consumo de agrotóxicos e na produção de *commodities*. Esses dados são apenas um pequeno fragmento do complexo dossiê produzido pela Abrasco, Associação Brasileira de Saúde Coletiva (CARNEIRO, 2015), documento que agrega com um conjunto de estudos e relatórios de pesquisas realizadas avaliando os impactos da agroindústria, do mercado dos agrotóxicos e de toda cadeia produtiva neoliberal, na saúde e na sociedade brasileira como um todo.



Figura 4.10 - Variação no consumo de agrotóxicos e na produção de *commodities*



Fonte: PAM/IBGE e SINDAG. Elaboração: Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida (2014).

**Fonte** - Fernando Carneiro, Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde, 2015.

No gráfico, podemos notar o forte avanço da agroindústria no mercado e na utilização dos agrotóxicos a partir da produção de quatro commodities agrícolas de grande interesse, o algodão, a cana-de-açúcar, o milho e a soja. Os dados levantados pelo dossiê apontam que entre 2012 e 2013, a produção desses *commodities* sustentou em contrapartida a casa dos 78% a 80% no uso total de venenos agrícolas comercializados, sendo a soja apresentada como aproximadamente metade desse quantitativo. De mesmo modo, é possível notar um aumento de quase 200% na venda e consumo de agrotóxicos por tonelada, sendo nesse ponto um crescimento crescente e quase exponencial, de enorme fortalecimento por parte do próprio Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES, caracterizando o forte apoio do próprio governo federal nos investimentos no setor agroindustrial.

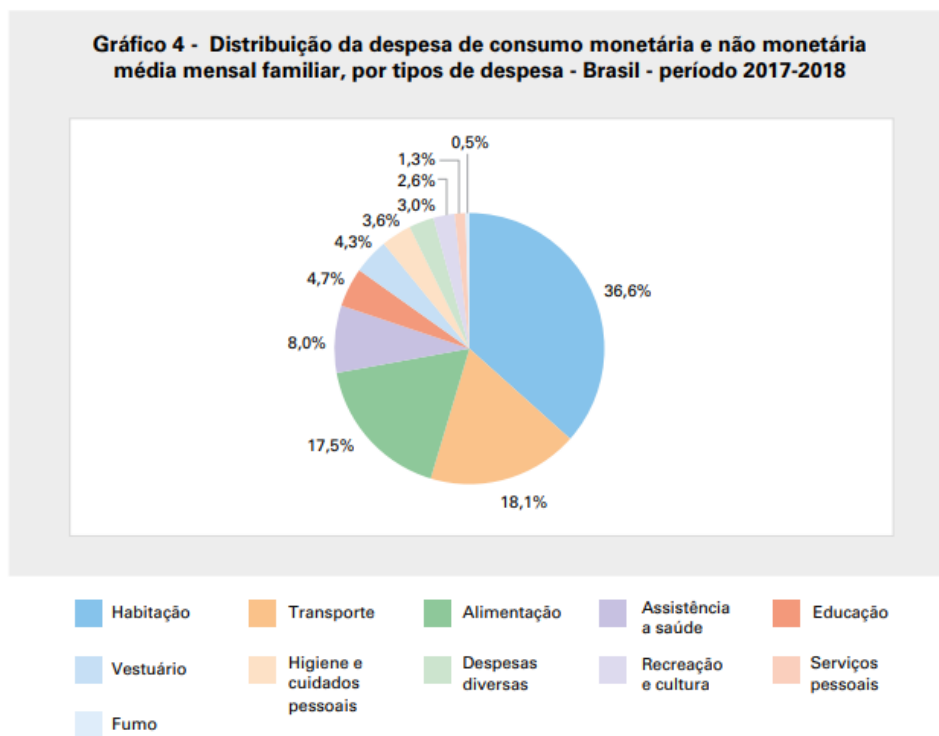
Em comparação ao contexto atual percebemos uma crescente e significativa maximização do processo de expansão do modelo agroindustrial, pautado na financeirização do alimento mercadoria. Já durante os primeiros dois anos do governo Bolsonaro aprofundam-se as disputas territoriais no campo, processo que retira das comunidades tradicionais e camponesas o meio de produção para o trabalho produzido pelos mesmos, a agricultura familiar, a qual tem como fundamento as práticas e saberes ancestrais das populações originárias. Logo, firma-se, nesse período, uma política que afeta diretamente tais populações camponesas, excluindo-os ainda mais dos processos produtivos e os tornando ainda mais subjugados pelo



modelo hegemônico de produção capitalista, esse que se fortalece por meio do aumento de mais de 150 tipos diferentes de agrotóxicos liberados pelo governo federal, agradando os interesses capitalistas nacionais do meio agrícola e importando tais produtos químicos, que como vimos anteriormente, já eram enormemente consumidos.

O Brasil, nesse contexto, adentra o patamar de segundo maior comprador de agrotóxicos fabricados em solo europeu, produtos que são proibidos internacionalmente, mas aqui chegam mais uma vez velados por uma política necrófila de extermínio e valorização dos lucros. Tanto essa questão do fortalecimento da agroindústria enquanto modelo, em detrimento de uma produção agrária voltada aos moldes da agroecologia e da agricultura familiar, refletem o papel central do alimento mercadoria enquanto face desse fenômeno que aqui chamamos de necropolítica da fome.

Nesse mesmo sentido, podemos apontar a crise de insegurança alimentar que assola o país e se agrava, exponencialmente, no mesmo período temporal aqui recortado (2011 - 20202), números que podem ser notados nos gráficos a seguir:



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

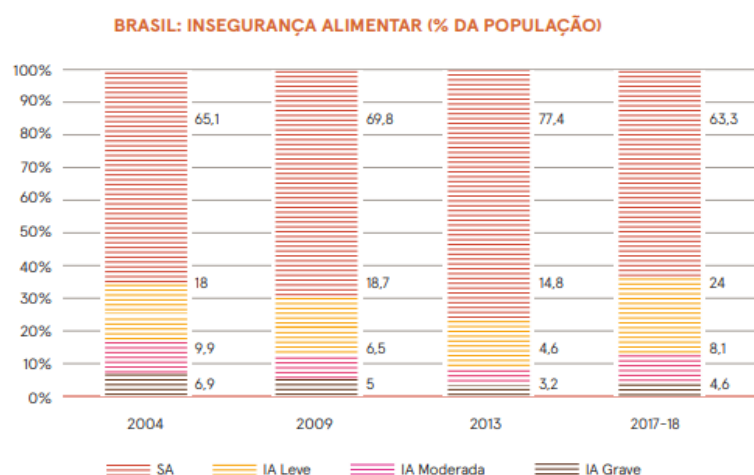
**Gráfico** - Distribuição da despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar, por tipos de despesa - Brasil - período 2017-2018. Fonte: IBGE, 2017-2018.

Esses são alguns dos dados produzidos pelo IBGE e a reflexão que nos propomos apontar é a disparidade no valor dado aos aspectos da vida na família



brasileira. Certo que habitação, transporte, alimentação e saúde são aspectos totalizantes da própria subsistência material humana, mas considerando um contexto social tão complexo de agravamento de desigualdades e encaminhamento de um colapso em direção à barbárie (Menegat, 2019), de uma maioria populacional que possui raça/etnia, gênero, classe, idade, regionalidade, etc., podemos abrir espaço para uma reflexão sobre quanto dos recursos provenientes do trabalho dessas famílias está disposto a educação, cultura e outras áreas da vida que também são fundamentais. Desse modo, reforçamos a citação anterior de Marx sobre as condições de vida desses trabalhadores, onde “mesmo que numa situação de sociedade que é mais favorável ao trabalhador, a consequência necessária para ele é, portanto, sobretrabalho”, trabalhadores que vivem para o trabalho e a para a própria subsistência, fator esse, que na sociedade neoliberal, torna-se ainda mais violento e totalizante, visto que, “por oposição, o momento neoliberal caracteriza-se por uma homogeneização do discurso do homem em torno da figura da empresa.” (p. 326, 2016).

E aqui ainda trazemos uma outra questão pois, se o trabalhador dispõe boa parte dos seus recursos aos aspectos básicos da própria vida, dentre eles o próprio alimento enquanto um dos recursos majoritários, como podem ainda esses mesmos trabalhadores serem assolados pela insegurança alimentar e fome? Walter Belik em seu relatório, Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições (2020), aponta justamente alguns desses indícios que aqui tanto tencionamos.



**Gráfico -** Situação de Insegurança Alimentar da população brasileira. Fonte: BELIK, Walter. Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições, Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflo, São Paulo, Outubro, 2020.



Ora, um número gritante de famílias em situação de insegurança alimentar, trabalhadores que não possuem condições materiais para subsistência, mesmo que esse seja o destino de boa parte de seus recursos. São em torno de 10,3 milhões de pessoas em situação de fome no Brasil contemporâneo - o que nos coloca, novamente, no Mapa da Fome Mundial - dentre essas famílias em situação de vulnerabilidade, 74% possuem como “chefe de família” uma pessoa parda ou preta, enquanto que entre os brancos esse número cai para 25%, tornando-se ainda mais desproporcional esse valor se considerarmos que 57% do total da população brasileira é de origem negra. Fatos que se expandem quando os dados apontam que 52% desses mesmos lares possuem mulheres como pessoas de referência, que obviamente por uma correlação, são mulheres pretas, historicamente subjugadas a tal condição de marginalidade e precariedade de existência social. E, ainda, se tais análises se expandem para a relação meio rural-urbano, temos um número maior de famílias em condição de insegurança alimentar no campo do que no meio urbano, mais especificamente uma diferença de 3%, mesmo que as famílias do campo sejam as que gastem em média 28,7% de sua renda com alimentação (BELIK, 2020).

### **Os Sujeitos do Trabalho no Sistema Alimentar**

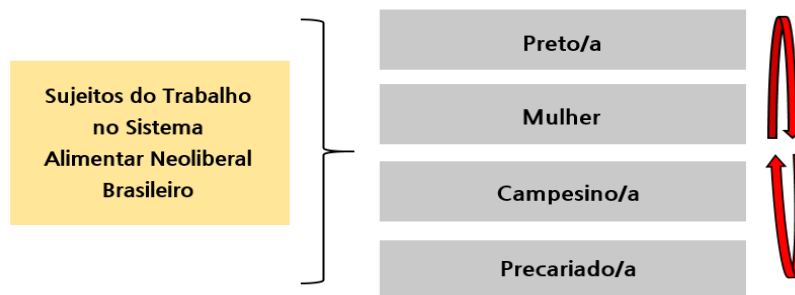
Tendo em vista tais pressupostos, faz-se necessário questionar, por fim: quem está nas bases da produção e distribuição, seja no meio rural, com o império do latifúndio e do agronegócio, seja no meio urbano, com os oligopólios das indústrias de ultra processados e redes de fast-food? Melhor dizendo, quem são os componentes da estrutura do trabalho no sistema alimentar neoliberal?

Ora, tais sujeitos que se submetem cotidianamente a exploração das próprias forças de trabalho em troca de bens de consumo que são insuficientes para suas próprias necessidades, condenados da terra e flagelos da fome, são esses os mesmos que sustentam toda estrutura. Podemos considerar quatro tipos de sujeitos e suas intersecções: preto/a, a mulher, campesino/a e precariado/a. São esses que podem ser chamados de atores principais da base social do sistema alimentar brasileiro, são esses os sujeitos que sufocam, diariamente, em busca de condições mínimas de sobrevivência, visto que, numa forma de existência social que o trabalho já não se constitui como um horizonte futuro, sobra precarização psicofísica para os que ainda





possuem vínculos laborais, mesmo os que de maneira informal, e descarte e extermínio da massa restante.



**Figura** - Sujeitos do Trabalho no Sistema Neoliberal Brasileiro. Fonte: dos próprios autores, 2020.

Assim, visto que numa lógica de produção capitalista na qual o trabalho assume a forma dialética e fetichizada de acumulação do valor, corroendo, assim, a própria existência desse ser, no caso aqui, o/a sujeito/a trabalhador/a. Nessa mesma totalidade capitalista, há o abarcamento da universalidade das relações entre o homem e a natureza, assumindo a forma artificial de geração de renda a partir apropriação do valor do trabalho alimentar nela produzido. Assim, o trabalho torna-se o meio pelo qual se extrai a essência do ser social, que o reduz à condição de máquina, estabelecendo, portanto, uma relação dialética de dominação e desapropriação daquilo que é produzido.

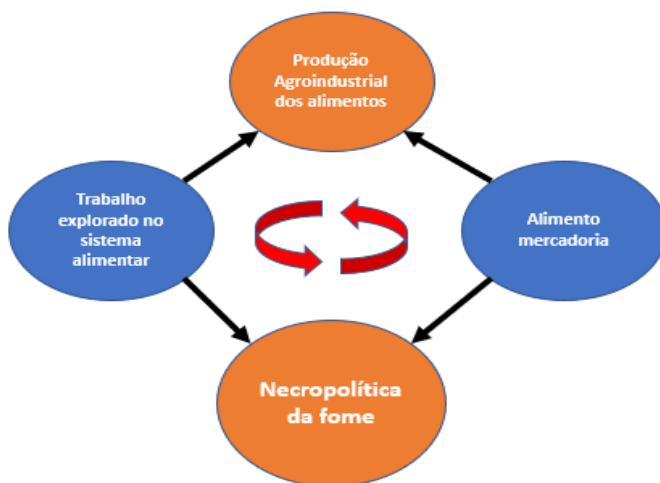
Todavia, o que pode ser visto nas entrelinhas de tal configuração operacional capitalística é que o valor e, conseqüentemente, o trabalho, obedecem a certas estruturas de valorização do valor, os quais comportam-se como construtos histórico-universais da sociabilidade capitalista. O valor, portanto, de acordo com Roswitha Scholz, não é sexualmente neutro: o valor é o homem; logo, para que haja produção e reprodução de uma totalidade capitalista alimentar é necessário que essa exclua as mulheres, a população negra e a população do campo de sua estrutura produtiva (LEITE, 2017). Mas o que isso tem em relação com o sistema alimentar brasileiro e seus sujeitos do trabalho?

A verdade é que o sistema de abastecimento alimentar reproduz essa lógica a partir do apagamento socioambiental, cultural, econômico, da exclusão legitimada dos saberes indígenas e campestinos sobre a agricultura: desde a aplicação de tecnologias de cultivo ao modo como tais produtos chegam à mesa e são aproveitados. A



segurança alimentar, dentro do modelo neoliberal capitalista de produção alimentar, é socialmente destituída e violada enquanto direito universal humano.

Nesse sentido, a insegurança alimentar, a ausência de soberania alimentar ou ainda, a fome, fazem parte dos moldes constituintes do sistema, em que a necropolítica, materializada pela lógica do sistema de abastecimento alimentar, torna-se inerente para a lógica valorização do valor. O trabalho explorado dos sujeitos condenados no sistema alimentar, está dialeticamente relacionado à própria existência e produção do alimento mercadoria, como duas faces de uma mesma estrutura que tem com intercessão a totalidade da produção agroindustrial dos alimentos. O poder e a dominação dos corpos e da vida no trabalho e no consumo desse alimento mercadoria é o que se converte na necropolítica da fome, fome essa que necessita existir como forma de controle social alimentício a partir da morte, o medo de morrer de fome, a condição estrutural que move tanto o indivíduo ao trabalho, quanto o Estado e suas políticas de interesse e maximização dos próprios lucros.



**Figura -** A interdependência dialética entre trabalho e alimento mercadoria: as duas faces.  
Fonte: próprios autores, 2020.

Buscando sintetizar a hipótese proposta em torno do fato da produção agroindustrial dos alimentos de ter total controle sobre a estrutura econômica alimentar, introduzimos, portanto, o conceito de agrobiopoder como forma de síntese e compreensão de tal movimento que sustenta a necropolítica da fome e a insegurança alimentar como instrumento necropolítico, podendo ser entendido pela tríade, “o quê, como e para quem se produz”. Inicialmente o alimento percorre o crivo econômico e político daqueles que detêm o poder sobre os meios de produção,



determinando assim “o quê” será produzido como alimento. Posteriormente tais alimentos são transferidos a lógica do mercado, enquadrados enquanto um alimento mercadoria que chega ao consumidor, ou seja, o “como”. Por fim, a distribuição necropolítica dos produtos finais, o “para quem”, quais as parcelas da sociedade terão acesso desigual a tais alimentos.

Logo, na conjuntura neoliberal, quanto mais supérfluo e precarizado for o trabalhador do sistema alimentar, paralelamente, será tão ultraprocessado e nutricionalmente inadequado o alimento mercadoria.

### **Considerações Finais**

A insegurança alimentar acarretada pela indústria agroalimentar do capitalismo bem como o trabalho precarizado pela destituição dos seus direitos, configura-se como formas de necropolítica, visto que negar direitos sociais que permitem a sobrevivência dos sujeitos como, nesse caso, o acesso à alimentação adequada em qualidade e quantidade e o direito humano ao trabalho, são formas de morte social e simbólica, podendo chegar à morte biológica. A necropolítica, assim, é a materialização catastrófica (Kurz apud Menegat, 2019) da incapacidade de coexistência concreta entre o capitalismo e democracia em seus limites plenos, garantindo os direitos básicos humanitários.

Fica evidenciado, pois, que tanto a necropolítica quanto o nutrícidio são políticas de um estado colapsado, práticas lucrativas e necessárias para a perpetuação do Brasil enquanto sociedade periférica, “necrocentrada”, racista, machista e economicamente dependente, restando ao sujeito trabalhador no sistema alimentar neoliberal a mesma condição das ligas camponesas citadas por Josué em “Sete palmos de terra e um caixão: nordeste uma zona explosiva (1965):

“[...] o objetivo inicial das ligas fôra o de defender os interesses e os direitos dos mortos, não os dos vivos. Os interesses dos mortos de fome e de miséria: os direitos dos camponeses mortos na extrema miséria da bagaceira. E para lhes dar o direito de dispor de sete palmos de terra onde descansar os seus ossos e o de fazer descer o seu corpo à sepultura dentro de um caixão de madeira de propriedade do morto [...]”. (CASTRO, 1965, p. 23)



## Referências Bibliográficas

- ARANHA, Ana; CABETTE, André; FREITAS, Hélien. Brasil é 2º maior comprador mundial de agrotóxicos proibidos na Europa. **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/11/brasil-e-2-maior-comprador-mundial-de-agrotoxicos-proibidos-na-europa#:~:text=Brasil%20comprou%2010%20mil%20toneladas,e%2012%20mil%20em%202019&text=Dados%20in%C3%A9ditos%20revelam%20que%20o,na%20Uni%C3%A3o%20Europeia%20e%20Inglaterra.&text=Foram%2010%20mil%20toneladas%20em%202018%2C%20e%2012%20mil%20em%202019>. Acesso em: 07 de novembro de 2020.
- BELIK, W.; SILVA, J. G. da; TAKAGI, M. Políticas de combate à fome no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 119-129, 2001.
- BELIK, Walter. **Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições**, Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflora, São Paulo, Outubro, 2020.
- CARNEIRO, F. F. et al. (EDS.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro : São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio ; Expressão Popular, 2015.
- CASTRO, Josué De. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Antares, 1984.
- CASTRO, Josué de. Sete palmos de terra e um caixão: nordeste uma zona explosiva. São Paulo: Brasiliense, 1965.
- CHONCHOL, Jacques. A soberania alimentar. n. 55. **Estudos Avançados** 19, 2005. p. 33 – 47.
- COLETIVO VEGANO POPULAR. Nutricídio, o genocídio alimentar. **Medium**, 2020. Disponível em: <https://medium.com/@coletivoveganopopular/nutric%C3%ADdio-o-genoc%C3%ADdio-alimentar-1fbf0371423d>. Acesso em: 08 de agosto de 2020.
- DOS SANTOS, Luciane Lucas. A fome como cerceamento de direito político: comunicação contra-hegemônica e soberania alimentar. n. 2. **e-cadernos CES**, 2008.
- HILÁRIO, Leomir. Da biopolítica à necropolítica: variações foucaultianas na periferia do capitalismo. v. 7. n. 12. **Sapere aude**, 2016. p. 194 – 210.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (ED.). **Pesquisa de orçamentos familiares, 2017-2018: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- IMAFLORA. **Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições**. Piracicaba, 2020, 36p.
- KRAUSER, Raul Ristow. **A Mercantilização dos Alimentos e a Acumulação Ampliada de Capital: o abastecimento alimentar na atualidade brasileira**. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal do Espírito Santo, 2019.
- KRISIS, Grupo. **Manifesto contra o Trabalho**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.
- LEITE, Taylisi. **Crítica ao feminismo liberal: valor-clivagem e marxismo feminista**. 1. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.
- \_\_\_\_\_. Roswitha Scholz e a crítica de um novo marxismo feminista. **Ensaio e Textos Libertários**, 2019. Disponível em: <https://arlindenor.com/2019/08/28/roswitha-scholz-e-a-critica-de-um-novo-marxismo-feminista-taylisi-leite/>. Acesso em: 14 de setembro de 2020.
- MACHADO, Priscila Pereira; OLIVEIRA, Nádia Rosana Fernandes de and MENDES, Áquilas Nogueira. O indigesto sistema do alimento mercadoria. **Saúde soc.** [online]. 2016, vol.25, n.2, pp.505-515. ISSN 0104-1290. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902016151741..>
- MARQUES, Glaucia. Alimentação em tempos de coronavírus. **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/05/19/alimentacao-em-tempos-de-coronavirus>. Acesso em: 06 de outubro de 2020.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 4. e. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MATIOLI, Victor. Desigualdade no prato: um retrato das contradições do sistema alimentar brasileiro. **O joio e o trigo**, 2020. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2020/10/desigualdade-no-prato-um-retrato-das-contradicoes-do-sistema-alimentar-brasileiro/>. Acesso em: 07 de novembro de 2020.



- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 4.e. São Paulo: n-1 edições, 2019.
- MENEGAT, Marildo. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe: o giro dos ponteiros do relógio do pulso de um morto**. 1. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- MIRANDA, Gabriel. As faces da produção da morte: liberalismo e necropolítica. [04 de março, 2020]. São Leopoldo: **Instituto Humanitas Unisinos**. Entrevista concedida a Ricardo Machado. Acesso em: 05 de março de 2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/596756-as-faces-da-producao-da-morte-liberalismo-e-necropolitica-entrevista-especial-com-gabriel-miranda>.
- PAULANI, Leda Maria. Bolsonaro, o ultraliberalismo e a crise do capital. n. 32. **Margem Esquerda**, 2018. p. 48 – 55.
- RIBEIRO, Edna. Nutricídio, mas também pode chamar de fome. **O joio e o trigo**, 2020. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2020/11/nutricidio-mas-tambem-pode-chamar-de-fome/>. Acesso em: 08 de novembro de 2020.
- ROMERO, Sylvio. **História da Literatura Brasileira**. v. 1. 2. e. Rio de Janeiro: Tomo Primeiro, 1902
- SAFATLE, Vladimir. **Para além da necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2020.
- SCHOLZ, Roswitha. Roswitha Scholz, feminista marxista, em conversa - Entrevista com Kim Posster. **Exit! Online**, 2019. Disponível em: <https://www.exit-online.org/textanz1.php?tabelle=autoren&index=33&posnr=593&backtext1=text1.php>. Acesso em: 21 de setembro de 2019.
- VALENTE, Flávio Luiz. Fome, desnutrição e cidadania: inclusão social e direitos humanos. v. 12. n. 1. **Saúde e Sociedade**, 2003. p. 51 – 60.
- VIANA, Nildo. Contradições do modo capitalista de produção de alimentos. v. 1. n. 4. **Revista de Ciências Humanas**, 2010. p. 1 – 14.
- XAVIER, Jair dos Santos. **Dinâmicas políticas da causa pública de segurança alimentar e nutricional**. Anais X Seminário Nacional Sociologia & Política, 2019.
- ZIEGLER, Jean. **Destrução em massa: geopolítica da fome**. São Paulo: Cortez, 2013.
- ZOCCHIO, Guilherme. 'Onda de solidariedade' de Dória e empresas é um tsunami de ultraprocessados. **Outras Palavras**, 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/ojoioetrigo/2020/05/doria-doacoes-ultraprocessados/>. Acesso em: 14 de maio de 2020.
- ZOCCHIO, Guilherme; POMAR, Marcos Hermanson. O olho que tudo vê: como a indústria barrou uma lei municipal de restrição a ultraprocessados. **O joio e o trigo**, 2020. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2020/10/eleicoes2020-projeto-contra-ultraprocessados-jundiai/>. Acesso em: 07 de novembro de 2020.